CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

Requerimento Nº 2238/2026

SÚMULA: Requer ao Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcos Godoy, para que sejam disponibilizadas informações sobre os serviços públicos municipais que possuem dependência de empresas terceirizadas para sua execução, indicando quais serviços sofreriam interrupção ou redução significativa em caso de suspensão ou encerramento dos respectivos contratos, bem como as medidas previstas para garantir a continuidade dos serviços.

REQUEIRO a Mesa, na forma regimental vigente, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Marcos Godoy, para que informe a esta Casa de Leis, por meio das Secretarias competentes:

1. Quais serviços públicos municipais atualmente dependem da atuação de empresas terceirizadas para sua execução total ou parcial?
2. Que seja encaminhada relação dos contratos de terceirização que, em caso de interrupção, suspensão ou encerramento antecipado, poderiam ocasionar interrupção ou redução significativa na prestação de serviços públicos à população.
3. Para cada contrato identificado, informar:
    - número do contrato;
    - empresa contratada;
    - secretaria ou órgão responsável pela fiscalização;
    - objeto contratado;
    - prazo de vigência;
    - valor contratado;
    - serviço público abrangido;
    - quantidade estimada de servidores ou profissionais terceirizados envolvidos.
4. Informar quais serviços municipais deixariam de ser prestados ou teriam redução significativa de capacidade caso cada um dos contratos relacionados fosse interrompido.
5. Informar, para cada serviço, qual seria o impacto estimado para a população, indicando, quando possível, a quantidade de unidades, atendimentos, usuários ou atividades que poderiam ser afetados.

Requerimento Nº 2238/2026 - Documento assinado digitalmente em 22/09/2026. PROTOCOLO 22279/2026 - 22/09/2026 13:24 - . Para ver o arquivo original acesse http://siave.camaraitapevi.sp.gov.br/Sino.Siave/documentos/autenticar e informe a chave: NGJX-XZ0X-30D5-HP80

6. Existem serviços públicos municipais para os quais o Município não possui atualmente estrutura própria suficiente para garantir a continuidade da prestação em caso de interrupção do contrato terceirizado?
7. Em caso positivo, informar quais serviços se encontram nessa situação e quais estruturas ou recursos próprios seriam necessários para garantir sua continuidade.
8. O Município possui plano de contingência ou procedimento previamente estabelecido para garantir a continuidade dos serviços considerados essenciais diante de eventual rescisão, suspensão, inadimplemento ou impossibilidade de execução de contrato terceirizado?
9. Em caso positivo, encaminhar cópia dos respectivos planos, protocolos ou procedimentos. Em caso negativo, informar se existe estudo para sua elaboração.
10. Existem contratos nos quais a empresa terceirizada atualmente responsável pelo serviço seja a única prestadora contratada ou a única estrutura disponível para determinada atividade essencial?
11. Nos casos em que exista elevada dependência operacional de determinada empresa, informar se a Administração possui alternativa contratual, estrutura própria, contrato emergencial, ata, credenciamento ou outro mecanismo capaz de assegurar a continuidade do serviço.
12. Informar quais contratos terceirizados considerados essenciais já tiveram interrupções, paralisações, atrasos ou redução na prestação dos serviços nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, indicando as causas e as medidas adotadas pelo Município.
13. Informar se o Poder Executivo realiza avaliação de risco ou análise de continuidade dos serviços antes da contratação ou renovação de contratos terceirizados considerados essenciais.
14. Encaminhar, preferencialmente em meio digital, relatório consolidado contendo as informações solicitadas, organizadas por secretaria e por serviço público.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem por objetivo identificar o grau de dependência do Município em relação às empresas terceirizadas responsáveis pela execução de serviços públicos e verificar a existência de mecanismos capazes de assegurar a continuidade desses serviços em situações de interrupção contratual.

A terceirização pode ser utilizada pela Administração Pública como instrumento para ampliar sua capacidade operacional e garantir a prestação de determinados serviços. Entretanto, quando uma atividade essencial passa a depender significativamente de um contrato específico, torna-se relevante conhecer quais seriam as consequências para a população caso esse contrato fosse interrompido, rescindido ou não pudesse ser executado.

Requerimento Nº 2238/2026 - Documento assinado digitalmente em 22/09/2026. PROTOCOLO 22279/2026 - 22/09/2026 13:24 - . Para ver o arquivo original acesse http://siave.camaraitapevi.sp.gov.br/Sino.Siave/documentos/autenticar e informe a chave: NGJX-XZ0X-30D5-HP80

O levantamento proposto permitirá identificar quais serviços municipais possuem maior vulnerabilidade operacional e quais atividades poderiam sofrer paralisação ou redução significativa caso determinada empresa deixasse de prestar o serviço. Essa informação é especialmente relevante em atividades cuja interrupção possa afetar diretamente o atendimento à população.

Também se busca verificar se o Município possui planos de contingência e alternativas operacionais para emergências contratual. A existência de mecanismos previamente estabelecidos pode contribuir para reduzir os impactos de eventual interrupção e permitir uma resposta administrativa mais rápida diante de situações inesperadas.

Além disso, o levantamento possibilitará verificar se existem serviços para os quais o Poder Público não dispõe de estrutura própria suficiente para assegurar sua continuidade, identificando situações de elevada dependência operacional e permitindo o acompanhamento preventivo dessas contratações pelo Poder Legislativo.

Diante da relevância da continuidade dos serviços públicos e considerando a função fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal, mostra-se pertinente o levantamento das informações solicitadas, de modo a proporcionar maior transparência sobre a estrutura de prestação dos serviços públicos e sobre a capacidade de resposta do Município diante de eventual interrupção de contratos terceirizados.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 22 de setembro de 2026.

Marina Dornellas – UNIÃO- VEREADORA

Requerimento Nº 2238/2026 - Documento assinado digitalmente em 22/09/2026. PROTOCOLO 22279/2026 - 22/09/2026 13:24 - . Para ver o arquivo original acesse http://siave.camaraitapevi.sp.gov.br/Sino.Siave/documentos/autenticar e informe a chave: NGJX-XZ0X-30D5-HP80

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=NGJXXZ0X30D5HP80, ou vá até o site https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticare utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: NGJX-XZ0X-30D5-HP80

MARINA DE CASTRO DORNELLAS
Vereadora
Assinado em 22/09/2026, às 13:24:53

Requerimento Nº 2238/2026 - Documento assinado digitalmente em 22/09/2026. PROTOCOLO 22279/2026 - 22/09/2026 13:24 - . Para ver o arquivo original acesse http://siave.camaraitapevi.sp.gov.br/Sino.Siave/documentos/autenticar e informe a chave: NGJX-XZ0X-30D5-HP80

Câmara Municipal de Itapevi, 22 de setembro de 2026